

Ele Há Ir, Ele Há Voltar

Alfredo Margarido

Uma das grandes surpresas suscitadas pelo ano de 1808 reside na maneira como entre nós se celebrou essa data, que teria sido fausta para a estrutura política e colonial portuguesa. Estamos perante um sólido equívoco, na medida em que o país não ganhou coisa alguma com a fuga da Corte e dos milhares de funcionários e outros que, como rémoras, se colaram à família real, a contas com a loucura da rainha e com os desaguisados registados entre o príncipe-herdeiro e a mulher, D. Carlota Joaquina. O Brasil já começara a ser um dos territórios mais procurados pela emigração, pois a descoberta do ouro e dos diamantes agia com um íman, despovoando lenta mas constantemente o país, contribuindo embora para o povoamento do Brasil, mesmo se nem sempre os emigrantes foram considerados homens e mulheres dignos de respeito. A multiplicação de anedotas visando reduzir ou mesmo recusar o carácter urbano aos emigrantes sublinha esse facto e ainda hoje as anedotas diminuindo física e intelectualmente os portugueses podem ouvir-se em todos os estratos sociais. O que continua a provocar uma surpresa justificada reside no facto de se ter prestado pouca atenção à Inconfidência Mineira, que não podemos deixar de considerar o passo mais firme para recusar o poder português e dar os passos necessários para assegurar a independência do Brasil. Se a independência do Haiti, embora tenha provocado alguma surpresa nas Américas escravagistas, não alarmou os governantes americanos, todos europeus ou descendentes de europeus, já o mesmo não aconteceu no caso da

148 independência dos Estados Unidos, que derrotaram os ingleses e abriram perspectivas políticas inéditas nas Américas.

Como foram interpretados estes movimentos pela Corte portuguesa que, nesse momento do século XVIII, possuía ainda colónias em três continentes? A reação perante a Inconfidência Mineira é exemplar, tanto mais que a conspiração coincidiu com a Revolução Francesa, que condenou e executou tanto o rei Luís XVI, como a rainha Maria Antonieta. O mais significativo reside no facto de os produtores, agricultores, artesãos, comerciantes, camponeses, se unirem para levar a cabo o programa político que fora desenhado pelos intelectuais, como se pode confirmar analisando a *Grande Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert. A Europa dos monarcas e dos príncipes, que já fora abalada pela Revolução inglesa – que suscitara a eclosão dos «niveladores», prendera, julgara (permitindo que se defendesse), condenara e executara o rei Carlos II –, assiste espantada às operações francesas que são urbanas inicialmente, mas que não podiam deixar de mobilizar os camponeses. Como mostrou em tempo Georges Lefèbvre, a Revolução Francesa não teria vencido sem o apoio maciço dos camponeses, decididos a reduzir a violência da exploração a que estavam sujeitos.

Compreende-se facilmente que as monarquias europeias fossem abaladas pela maneira brutal como os dominados, urbanos ou rurais, decidem agir para reduzir o poder dos senhores. A dialética da relação senhor/escravo age de maneira total, à qual a guilhotina vem dar apoio desmedido: rios de sangue azul correm pelos esgotos de Paris e o cheiro a sangue humano é de tal maneira insuportável que os gestores desta situação se vêm obrigados a mudar o lugar de instalação da guilhotina. Quem quiser experimentar a violência da náusea, encontra-a num matadouro. Pode pensar-se que se a Corte portuguesa deu pouca e má atenção à Inconfidência Mineira, tal se deve ao choque provocado pelos acontecimentos franceses, que punham em causa, de maneira brutal, o famoso princípio que o rei era «pela graça de Deus». De resto, a reunião desse princípio podia também explicar que o clero fosse diretamente atingido pelo processo revolucionário que, em França, foi acompanhado pela destruição de igrejas e de outros monumentos religiosos. Basta referir que os revolucionários cortaram as cabeças do pórtico de entrada de Notre Dame em Paris, cabeças que apareceram duzentos anos depois, guardadas numa cave por um crente que devia manter boas relações com os «revolucionários» deste bairro. Mas

talvez seja em Noyon que a violência revolucionária se empenhou em destruir a catedral, assim como os sinos: havia 600 na cidade, sobrou apenas um badalo.

De resto, em Portugal sucediam-se os problemas internacionais: em 1801 foi declarada a guerra pelas forças espanholas, comandadas pelo primeiro-ministro Godoy, acompanhado pela rainha, que seria sua amante. A marca específica dessa pequena guerra aparece nas laranjas de Elvas, que Godoy ofereceu à rainha, facto que se fale ainda hoje, embora pouco, da «guerra de los naranjos». Deve todavia salientar-se o facto de Portugal ter perdido nessa guerra a cidade e o distrito de Olivença. Uma das surpresas dessa ocupação reside no facto de não se ter verificado uma réplica, pelo menos diplomática, exigindo a devolução da cidade e do distrito a Portugal. A evidente cobardia, tanto da Corte como da nossa diplomacia, impediram que se registasse a denúncia do comportamento dos espanhóis, os quais, ainda hoje, exigem a devolução de Gibraltar, mas não querem ouvir falar – como salientou o primeiro-ministro Aznar numa visita oficial a Portugal – da questão de Olivença. Convém salientar o quadro em que evoluem as operações políticas, militares ou eventualmente diplomáticas. É evidente que a soma destes «incidentes» não podia deixar de atingir a Corte portuguesa, de resto já a contas com a loucura da rainha D. Maria I. A este processo vem somar-se a irrupção de Napoleão como chefe militar, capaz de organizar a estratégia das forças francesas que se disseminam pela Europa, somando batalhas e vitórias. Esta ascensão de um oficial da Córsega, de uma família da pequena nobreza, arrasta consigo uma revisão das alianças, aparecendo a Inglaterra como o grande adversário do sonho europeu de Napoleão, que decreta o «bloqueio continental» para forçar os ingleses a dobrar a cerviz perante o Imperador. Por sua vez, os ingleses, velhos «aliados» dos portugueses, agem no sentido de assegurar a autoridade que fazem pesar sobre os negócios nacionais.

Face à aliança de facto dos portugueses com os ingleses, Napoleão decide-se pela invasão, tendo confiado a tarefa de assegurar as operações militares a Junot, um dos seus generais mais prezados e que, efetivamente, levou a cabo a sua operação. Entrementes os franceses tinham afastado do trono o rei Fernando VII, substituído por José Bonaparte, um dos irmãos de Napoleão. Este, fiel às regras do parentesco, procurou sempre encontrar situações privilegiadas para os seus parentes e mais particularmente os seus irmãos e irmãs.

O exemplo do que acontecera em Madrid provocou a mais viva inquietação em Lisboa: o que poderia fazer Junot à família real portuguesa, dado o que se tinha verificado em Espanha? A Corte não podia deixar de saber, após a «guerra de los naranjos», qual era o estado da organização das suas tropas: Lafões, que comandara as forças derrotadas nessa guerra, salienta carências que não podem deixar de provocar a perplexidade. Neste começo do século XIX, verificava-se que as tropas portuguesas e, em particular, o Estado-Maior não dispunham de um mapa das fronteiras! Ou seja, os espanhóis podiam apoderar-se de amplos fragmentos de território, pois os portugueses estavam em condições técnicas tais que não sabiam o que realmente lhes pertencia. Não foi por esta razão que se perderam Olivença e o seu distrito, mas é também verdade que a falta dos instrumentos capazes de permitir organizar as forças disponíveis não ajudava muito os chefes responsáveis.

O inevitável acabou por acontecer: as tropas de Junot iniciaram as operações que as deviam levar a Lisboa, pois a resistência militar fora nula. Compreende-se que assim fosse, pois documentos providos de observadores europeus referem a extrema miséria a que estavam reduzidos os soldados, com fardamentos rotos e sujos, muitas vezes descalços, e não hesitando em pedir esmola. Esta mão pouco militar estendida à caridade pública revela de maneira decisiva a impotência dos chefes militares e, por isso mesmo, da Corte. Esse rumor singular das botas francesas a caminho de Lisboa assustou uma Corte que já estava assustada, a qual, seguindo o conselho inglês, decidiu embarcar para o Brasil, onde as forças de Napoleão não chegariam pois a colónia seria defendida pelos navios ingleses distribuídos pelo Atlântico. Estava-se perante um ato de profunda cobardia, que não podia deixar de provocar as reações nacionais. Não podemos esquecer que, no país, contudo, já começara a ser alvo de uma atividade muito moderna, neste começo do século XIX, a caricatura. Aceita-se o princípio de que a primeira caricatura portuguesa foi um grafito, desenhado numa parede e representando, com os excessos que a caricatura exige ou permite, o físico balofo do príncipe-herdeiro.

Na cidade de Lisboa, a capital, em véspera de ser abandonada, vivia-se entre duas frentes: aquela que solicitava o ouvido, para poder ouvir não o barulho mas o estrondo das botas francesas, enquanto pelo outro era a vista que era solicitada, pois os veleiros apresentavam-se

e um corre-corre de mercadorias afluía ao Cais das Colunas: móveis e tapeçarias, livros e quadros, alimentos, farinhas e compotas, tudo o que podia ser solicitado pela família real era embarcado com alguma pressa. O mais surpreendente eram 60.000 livros, pois não constava que alguém da família real pertencesse ao grupo dos leitores compulsivos. As pinturas e gravuras que apresentam esta partida mostram a ré das embarcações, a proa virada ao mar que deve permitir a instalação tranquila da família real no Rio de Janeiro. A proa desta embarcação já está virada para o Atlântico sul, o caminho seguido por Pedro Álvares Cabral, embora as situações fossem terrivelmente diferentes. Dar-se-iam conta os membros da família real que estavam a caminho de uma colónia que já em 1789 – isto é, havia apenas 19 anos, tinha organizado uma conspiração cujo objetivo era o de proclamar a independência, seguindo o caminho dos Estados Unidos? Saberá a Corte mostrar-se menos brutal do que os seus funcionários perante essa população, uma grande parte da qual fora inicialmente portuguesa, mas que fora descobrindo, à medida que ia ocupando o território, e se proclamava agora em grande parte «brasileira»? Pois não havia já insultos para designar os portugueses, considerados brancos, como provava o seu recurso aos tamancos e a sua recusa do banho diário?

Devemos contudo lembrar o mal-estar provocado pela maneira como os delegados da Corte agiram no caso da Inconfidência Mineira, que, mau grado a data, se integra num sistema já americanizado. De resto, os Inconfidentes dão-se perfeitamente conta dessa situação, pois, não tendo meios de contactar os patriotas norte-americanos em Filadélfia, enviaram delegados seus à Europa para estabelecer contactos com Jefferson, então instalado em França. As diligências dos delegados dos Inconfidentes não correram muito bem, pois o diplomata norte-americano não se encontrava em Paris, mas antes em Montpellier. Tal não o impede de tomar conhecimento da presença dos conspiradores brasileiros, tendo assegurado o apoio dos patriotas norte-americanos. Tudo é significativo nestas operações que salientam a vontade dos Inconfidentes de internacionalizar a sua operação. E internacionalizá-la recorrendo aos apoios e aos conhecimentos dos norte-americanos. É por isso conveniente salientar o carácter inovador das operações dos Inconfidentes, que mostram estar muito bem informados a respeito das escolhas, dos movimentos e das figuras que presidiam aos destinos da América do Norte.

É neste quadro que volta a verificar-se o caráter grosseiro das decisões brasileiras. Agindo de acordo com as regras que os portugueses tinham herdado da Inquisição, as autoridades designadas pela Corte lisboeta lançam-se aos Inconfidentes como gato ao bofe. Destas operações podemos reter o espírito de classe, que se torna mais visível na análise dos presos e do seu estatuto social, pois só dessa maneira nos será possível compreender o mecanismo que só condenou à morte o alferes Silva, mais conhecido pela alcunha de o *Tiradentes*. Encontramos na maneira de agir dois elementos que, com o tempo, adquirem a sua consistência operatória. Havia no grupo identificado dos Inconfidentes homens da maior estatura social. O poder lisboeta, agindo através dos seus delegado, abate-se sobre o alferes, nascido no Brasil, sendo o cadáver esquartejado, a cabeça espetada num pique, devendo estes despojos fúnebres manter-se nos lugares que lhes estavam destinados até ao apodrecimento total. Assim se recusava também uma sepultura digna de um homem que praticava uma arte que se não aprendia nas escolas, mas era indispensável num país onde os cuidados orais não eram a primeira preocupação das populações. Por outro lado, e indiretamente, os portugueses prestavam uma homenagem em singular a estes Inconfidentes, destacando entre eles o que mais estava ligado ao território e que exercia uma profissão que o integrava de pleno direito na burguesia em vias de se organizar.

Deve, contudo, reter-se, associada à execução crudelíssima do *Tiradentes*, o suicídio do dr. Cláudio Manuel da Costa, que se verificou no lugar onde estava encerrado pelos esbirros de Sua Majestade, o «rei de português». Estive na prisão onde se registou o suicídio, em companhia do Embaixador José Augusto Seabra que, como eu, fora um «hóspede» da PIDE. As celas da polícia política portuguesa eram tão agressivas como a espécie de estrebaria onde foi encerrado o Inconfidente. Faltam descrições minuciosas destas prisões, destinadas, em primeiro lugar, a quebrar o orgulho dos prisioneiros. Não foi certamente o único preso que conseguiu suicidar-se, embora os carcereiros tenham o cuidado de retirar tudo o que possa servir para por termo ao sacrifício: dos óculos aos cordões dos sapatos, tudo fica «à guarda» dos carcereiros. É com alguma ironia que se pode dizer isso, tão verdade é que os carcereiros não hesitarão em recorrer à mais extrema violência quando ela for indispensável para obter a palavra do prisioneiro. Basta pensar em homens deste período, vítimas dos tratamentos praticados nas prisões.

Escolherei Manuel Maria Barbosa du Bocage, que quando foi posto em liberdade, depois de passar por cadeias católicas, as da Inquisição e as de um convento (Necessidades), tinha perdido a vontade de lutar contra o caráter ultramesquinho da sociedade portuguesa.

Enquanto os veleiros prosseguiam o seu caminho, protegidos pela esquadra inglesa, o país português era vítima da ferocidade francesa, não havendo então forças capazes de fazer face às tropas napoleónicas. Trata-se de uma questão singular, pois os ingleses preferiram negociar com Junot o seu abandono de Portugal, tendo aceite, em prejuízo dos portugueses, que os objetos da pilhagem pudessem sair do país na escarcela de Junot. Quando hoje se pretende celebrar os duzentos anos da partida da família real para o Brasil, parece-me que se esquece que podemos – e devemos – ler a situação de maneira mais agressiva e todavia mais justa: enquanto a esquadra real continua firmemente orientada para o Brasil, os portugueses deviam submeter-se à presença brutal dos franceses. A crueldade francesa deixou marcas profundas na sociedade portuguesa. Está em vias de desaparecer uma frase popular – «olha que te mando pró maneta» –, que se deve a um dos generais franceses, Loison, amputado de um braço e que recebeu imediatamente a alcunha que continua a dar-se, embora menos, a todos os que estão assim marcados fisicamente. Embora haja a acrescentar outra frase, talvez menos usada, mas que traduz também a maneira como foram certamente tratados os franceses que, feridos ou por outra razão, ficavam para trás: «Tu pensas que isto é roupa de franceses?», que deixa antever o que terá sido frequentemente o destino desses soldados extraviados, feridos ou doentes.

A violência dos soldados franceses provocou duas respostas, mas naturalmente políticas. A primeira diz respeito a esta violência, precedida por uma outra: o próprio serviço militar obrigatório, que dissolvia as estruturas familiares e comprometia o equilíbrio das unidades familiares, como de resto tinha sido oportunamente lembrado por Gomes Freire de Andrade (ou seja, as estruturas familiares tornadas exangues pelos recrutamentos obrigatórios, perdiam uma grande parte da sua força de resistência). A segunda refere-se à maneira como a maioria da população, ainda ligada à terra, ainda formada por uma maioria esmagadora de camponeses, sentia a violência destes choques, não havendo forças capazes de fazer frente à violência francesa. Segue-se que era normal o descrédito da família real e dos seus funcionários,

154 responsáveis pelas perturbações sentidas pelo mundo rural, embora esta vaga e descrédito da Coroa se sentisse também nos espaços urbanizados, onde se manifestavam os valores da ruralidade. O país estava assim preparado para agir politicamente contra a Coroa, que abandonava o país e os cidadãos, para se abrigar, na América do Sul? Alguns fenómenos político-militares da maior importância acabaram por se incrustar no espaço das invasões, devido à criação e à multiplicação das guerrilhas, cuja violência se fez sentir durante muitos anos, desorganizando desta forma o vazio político a que estava condenado, o que punha diretamente em causa o Estado, nesse momento sujeito às intervenções reguladoras dos ingleses, enquanto a Corte instalada no Brasil procurava assegurar, embora à distância, sem nenhum dos utensílios de comunicação descobertos no século XIX, aquilo que lhe pertencia. Este obstáculo não pôde ser superado nem removido pelos funcionários, pelo que o Estado assim bipartido perdia a possibilidade de ser eficaz nessas duas frentes.

Com efeito, a Corte – tendo a rainha, louca, morrido no Brasil, empurrando o príncipe-herdeiro para o trono –, só podia escolher uma política enquadrada no absolutismo, sem dispor de uma linha política capaz de satisfazer os dois países sobre os quais exercia o seu poder. Os brasileiros – e a generalização desta categoria social traduzia bem a maneira como evoluíam as escolhas políticas no Brasil – entravam cada vez mais em conflito com os portugueses. A sombra da Inconfidência continuava a pesar sobre a trama das relações políticas, uma vez que a incompreensão da Corte e dos seus funcionários tinha fornecido, com o martírio do *Tiradentes*, o mártir no qual se iriam concentrando as insatisfações dos brasileiros, reforçados pelos projetos políticos já estruturados pelos Inconfidentes. Teremos que considerar também a maneira como evoluía a situação seja no Haiti, seja sobretudo nos Estados Unidos da América do Norte, que, talvez involuntariamente, enviavam aos países escravocratas, um sinal muito eficaz: era possível alcançar a democracia sem, contudo, pôr fim à escravatura que já provocara muitos incidentes no oceano Atlântico. Ou seja, um dos problemas mais perturbadores podia ser encarado com mais tranquilidade: os americanos, todavia defensores do princípio da igualdade, social e política, mantinham a escravatura, cuja importância económica superava largamente os inconvenientes que podiam resultar da sua própria expansão. O humanismo da autora da *Cabana do Pai*

Tomás atingia a sensibilidade de milhares de norte-americanos, mas não dispunha da força capaz de impor ao aparelho político a abolição da escravatura que, todavia, já fora denunciada como um autêntico crime contra a Humanidade. Convém lembrar a famosa Controvérsia de Valladolid, que opusera defensores dos índios americanos aos teólogos que sustentavam que esses índios, não possuindo uma alma idêntica à dos brancos, estavam condenados à escravatura – quer dizer ao trabalho – para estar em condições de salvar a alma. Se os portugueses não estiveram presentes em Valladolid, nem por isso deixaram de ser atingidos pelos resultados da Controvérsia. O famoso Padre António Vieira, seguindo as pegadas destes teólogos castelhanos, salientou sobretudo os benefícios que podiam extrair os africanos do seu estatuto de escravos, pois, pela via do trabalho, alcançariam a salvação. A Corte limitou-se, por isso, a apoiar a escravatura, de maneira tão eficaz que o Brasil foi o último país a aboli-la, pelo «decreto áureo» assinado pela princesa Isabel a 13 de maio de 1888.

A Corte manteve-se no Brasil, estranha aos problemas políticos da colónia, cada vez menos satisfeita com o seu estatuto, do mesmo modo que não estava em condições de conhecer a maneira como os diferentes estratos sociais se organizavam sem rei, já que os gestores instalados em Lisboa não podiam dissimular a importância do vazio que se verificava no trono. É certo que o país já conhecera uma situação algo parecida, quando o rei D. José se consagrou à metalurgia – procurando ser um digno companheiro de Hefais e de Vulcano –, mas nesta situação o poder foi gerido com perícia e por vezes alguma violência, que foi paga quando, morto o rei, o Marquês de Pombal foi remetido para as suas terras. No caso vertente, a situação era completamente diferente, pois o trono vazio permitia que os ingleses fossem os autênticos senhores do poder. Podia-se prever o dia em que uma das duas nações – já que a colónia avançava cada vez mais nitidamente para o estatuto de nação – lhe imporia uma decisão que favorecesse não uma, mas as duas.

O mais singular reside no facto de já em 1808 ser previsível o destino das colónias. O próprio exemplo português, que se iniciara com a oposição ao poder galego, podia ter fornecido o modelo e o exemplo. Só por bruteza íntima se podia aceitar que a Coroa e os seus especialistas nas relações políticas permitissem que uma grave lacuna fosse reforçada pela fuga da Corte. É neste enquadramento que podemos

compreender a ingenuidade incapaz de prever as decisões futuras dos cidadãos. É visível o estado de pânico da Corte face ao progresso das tropas francesas, pela Península Ibérica, dando continuidade à violência que inicialmente fora revolucionária, mas se transformara em simples e brutal técnica da pilhagem. Tanto os príncipes como os áulicos estavam convencidos de que o Brasil constituía, graças ao próprio oceano Atlântico, um retiro suficiente. Uma vez mais, a dinastia de Bragança mostrava a sua plena impotência – ou mais simplesmente, a sua falta de inteligência –, face a uma situação que exigia manobras diplomáticas inventivas e a mobilização das forças que, quase imediatamente, foram utilizadas pelo general Wellesley, o futuro duque de Wellington.

Cabe sempre perguntar: o que pretendia a família real, mantendo-se no Brasil a dias e dias de viagem do país que pretendia administrar? Não há estudos consagrados a esta questão, que é, todavia, essencial se quisermos compreender as razões pelas quais a família real, e sobretudo o príncipe-herdeiro, assim como os seus conselheiros, se decidiram pela fuga. É evidente que não podemos eliminar a importância do trauma provocado pelo descaramento da população que, em França, durante a Revolução, prendia, insultava e metia na cadeia os presos que só daí saíam para o cadafalso. Essa observação, se pode ser utilizada para melhor compreender a maneira como a Corte interpretou a marcha das forças de Junot, deve servir também para medir o choque suscitado pelas duas Revoluções, a inglesa e a francesa, dado que a Revolução americana – 1776 – só fará sentir os seus efeitos quando associada à Revolução Francesa, pois esta forneceu o paradigma revolucionário, pelo menos até 1917. Deve todavia salientar-se um facto da maior importância: os conspiradores brasileiros da Inconfidência Mineira utilizaram o modelo norte-americano, o qual se caracterizava pela fidelidade a um princípio basicamente democrático: a igualdade. Mas mesmo abstraindo desse projeto, o que importa assinalar é a rutura anunciada com as estruturas hierarquizadas, que apoiando-se na diferença, procuram assegurar a gestão da força económica, social, religiosa, etc. Compreende-se, rapidamente, a importância destas maneiras de pensar sobretudo o futuro, já que a revolução não hesita em pôr em causa a rigidez do passado, que impõe sempre a diferença. E se, mau grado os princípios revolucionários, o Brasil defendeu a manutenção da escravatura, a verdade é que lenta, mas constantemente, o país abandonou a estrutura colonial, da casa grande e senzala, para adotar soluções cada vez mais igualitárias.